



NOTICIAS INTERNACIONALES AL 01/03/19

BRASIL	2
Mercado a la espera del Carnaval.....	2
China simplifica proceso de certificación para importar carnes brasileñas	2
RUSIA: dificultad para volver a los niveles de exportación previos al embargo	2
Faena Halal cada vez más importante en Brasil.....	3
Ministra anunció que está en tratativas para abrir el mercado peruano	4
AFTOSA:	4
Discuten control de la aftosa sin vacunación.....	4
Segunda etapa de Vacunación 2018: alcanzó al 98,50% del total previsto.....	5
Santa Catarina aboga para mantener su condición de estado libre de la enfermedad.....	6
MT y RO discuten estrategias de vacunación	6
Bienestar animal: Mal desempeño de empresas brasileñas a nivel global	6
Avanzan en la instrumentación de Programas de Auto-control	7
Tocatins: ocho plantas construidas por el estado estarán listas en agosto próximo	8
URUGUAY	9
Continúa la firmeza en el mercado, novillo gordo con tope en US\$ 3,35	9
Barre informó que podría haber flexibilizaciones para los 90 días de permanencia en el predio.....	9
Buscan más clientes para la carne en feria de Japón.....	10
PARAGUAY	10
Paraguay: octavo exportador mundial de carne.....	10
La caída del precio del ganado complica rentabilidad	11
UNION EUROPEA	11
Comisario Europeo anuncia que está próximo un acuerdo con EE.UU. que incluye la cuota 481	11
BREXIT: dispuestos a ayudar al REINO UNIDO en caso de NO DEAL para evitar escasez de alimentos	12
IRLANDA manifiesta seria preocupación por el impacto del BREXIT.....	12
Detectan más carne contaminada con Salmonella procedente de POLONIA.....	13
Ritos KOSHER y HALAL no podrán ser certificados como carne orgánica.....	13
ESTADOS UNIDOS	13
Existencias en feed lots al 1º de enero aumentaron 2 por ciento	13
Trump demoró el incremento de aranceles ante el progreso de las negociaciones con CHINA.....	14
Acciones de promoción en Gulfood 2019.....	14
USMEF alertó sobre la creciente competencia en JAPON	14
VARIOS	16
JAPÓN: fuerte aumento de sus importaciones por efecto del TPP	16
CANADA – investigación demostró que el 14 % de las salchichas estaban mal rotuladas	16
INDIA: crean el primer centro de investigación de productos cárnicos sin faena	17
EMPRESARIAS	17
Friboi inició operaciones en el marco del Programa Nelore Natural	17
Friboi anunció incremento en el número de análisis laboratoriales	18
Marfrig reportó márgenes positivos em 2018	18
Trabajadores ocupan frigorífico PUL (Minerva Uruguay).....	19
Brasil: carne del proyecto Pecuaria Neutra llega a Europa.....	19
Marfrig busca equilibrio entre compras y control de deuda.....	19



BRASIL

Mercado a la espera del Carnaval

Quinta-feira, 28 de fevereiro de 2019 Já faz algum tempo que o comportamento do mercado é de preços travados, com oferta restrita e dificuldade de escoamento.

Porém, não está fácil para os frigoríficos preencherem as programações de abate. Mesmo com o consumo ainda deixando a desejar e com a expectativa de melhora de demanda nas próximas semanas, há pouco espaço para que as indústrias ofertem preços abaixo da referência.

Este é o cenário da praça de São Paulo, por exemplo, onde a cotação do boi gordo subiu 0,7% na última quarta-feira (27/2) e ficou em R\$153,50/@, a prazo, livre de Funrural.

No estado, há indústrias com escalas de abate para atender apenas dois dias, o que evidencia a dificuldade em adquirir a matéria-prima.

Apesar da estabilidade na maioria das regiões, não há nenhum movimento de queda de preço com intensidade que tenha sido registrado hoje ou nos últimos dez dias.

Caso o mercado siga dentro da normalidade, não deve haver pressão de baixa nas cotações, que podem ganhar força no curto prazo com o Carnaval e o início do próximo mês.

China simplifica proceso de certificación para importar carnes brasileñas

01/03/19 - por Equipe BeefPoint Fonte: Mapa.Em atendimento a proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a autoridade sanitária chinesa aprovou novo formato de credenciamento de veterinários oficiais aptos a assinar Certificados Sanitários Internacionais (CSI) para aquele país.

Com as novas regras, em vez de cada auditor fiscal federal agropecuário poder assinar CSIs apenas por um estabelecimento específico, é criada uma lista única de veterinários habilitados para emissão de certificados sanitários internacionais em qualquer um deles desde que esteja habilitado pela China.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, a medida reduz significativamente a chance de retenções de carregamentos brasileiros em portos chineses em função de divergências entre as assinaturas constantes na lista e nos CSIs emitidos pelo Mapa.

As novas regras valem para carnes bovina, suína e de aves. Em 2018, o Brasil exportou US\$ 2,593 bilhões em carnes para a China. Trata-se do maior comprador de carnes brasileiras, com 17,6% do total das exportações do produto.

RUSIA: dificultad para volver a los niveles de exportación previos al embargo

27/02/2019 Apesar de reabertura, país desenvolveu novos fornecedores e aumentou a produção local, reduzindo a necessidade de importações, aponta Maersk

A reabertura da Rússia para a importação de carne bovina brasileira, anunciada em novembro do ano passado após onze meses de restrição, não significará a recuperação integral daquele mercado. A avaliação foi feita por executivos da Maersk, maior empresa de frete marítimo do mundo, durante apresentação do relatório trimestral de resultados da empresa.

“De fato, a Rússia abriu novamente o mercado, mas infelizmente não foi no mesmo patamar que havia antes. E a nossa expectativa é de que haverá muitos desafios para chegar no mesmo volume”, observou Denis Freitas, Diretor Geral da Safmarine para a Costa Leste da América do Sul, braço da Maersk.

+Rússia reabre mercado para carne bovina e suína do Brasil

+Novas plantas podem ser liberadas pela Rússia

+Rússia inicia retomada das compras de carne bovina brasileira

+Enchentes na Austrália podem ajudar Brasil a aumentar exportações

Em janeiro, o Brasil registrou o embarque de 3,1 mil toneladas de carne bovina para a Rússia – o primeiro volume significativo desde o fim do embargo, mas ainda abaixo do observado em anos anteriores. No mesmo mês de 2017, por exemplo, o país havia adquirido quase 11 mil toneladas do produto. Em 2014, foram mais de 23 mil toneladas.

“No período de fechamento do mercado, a Rússia desenvolveu novos fornecedores e também a produção local, o que acabou cobrindo o espaço do Brasil. Nossa expectativa é que o volume atual alcance apenas 30% do que era antes”, observa Freitas, ao destacar o Paraguai entre os países que lucraram com a ausência da carne brasileira no mercado russo.

Crescimento modesto

Para este ano, as perspectivas da Maersk são de um crescimento modesto nas exportações brasileiras de carne bovina diante do recente fechamento de mercados no mundo todo. O resultado, explicam os executivos da multinacional, só não serão negativos devido aos efeitos da demanda chinesa, do câmbio e do lento crescimento do mercado interno.

Ainda assim, a empresa vê grandes desafios para os embarques brasileiros em direção à China. Com a crise financeira que atingiu o país nos últimos anos, houve uma consequente queda nas importações



brasileiras de produtos asiáticos, reduzindo a capacidade de embarques diretos do Brasil para o continente.

O relatório da companhia aponta que, durante o quarto trimestre de 2018, as importações brasileiras de produtos asiáticos caíram 2% . “Os varejistas não reabasteceram estoques em mais de oito meses, por exemplo, com manufatura final e bens de consumo caindo 5% no quarto trimestre. Este é tradicionalmente um trimestre que deve mostrar um crescimento de dois dígitos de mais de 15% para este segmento antes do Natal”, aponta a empresa em relatório.

Diante das restrições na capacidade de transporte direto para a China, Matias Concha, Gerente de Produto, Maersk Costa Leste da América do Sul, observou que muitos produtores de proteínas do Brasil estão enviando suas cargas em navios que passam pela Europa antes de entrarem na Ásia (o que encarece o frete e a competitividade brasileira neste mercado). “A capacidade direta para a Ásia está limitada e a gente tem a opção de entregar para o nosso cliente rotas via Europa”, explica.

Com isso, a avaliação do diretor geral da Maersk para a Costa Leste da América do Sul, Antonio Dominguez, é de que este é um momento de avaliação dos impactos gerados pelas recentes mudanças no mercado internacional e de como eles afetarão o Brasil. “Esse vai ser o ano de entendermos qual vai ser o novo patamar das nossas exportações para, no segundo semestre, termos uma imagem mais definida da presença do Brasil no mercado internacional”, afirmou Dominguez.

Faena Halal cada vez más importante en Brasil

25/02/19 - por Equipe BeefPoint O degolador aguarda o momento para fazer o abate. Em uma caixa em formato de cilindro, o gado é imobilizado e, em poucos segundos, virado de cabeça para baixo. O protocolo mais moderno para a produção de carne bovina seguindo os preceitos islâmicos – o abate halal – está quase concluído. Resta a sangria, feita quando o degolador rompe a jugular do animal.

Aos poucos, essa rotina está se tornando cada vez mais corriqueira no Brasil, país que lidera as exportações mundiais de carne bovina. De olho no mercado internacional, os principais frigoríficos do país estão investindo nas caixas cilíndricas, chamadas de box rotativo, para adaptar as linhas de abate ao sistema aceito pelo mercado muçulmano. A tendência é que a maior parte da carne produzida nas grandes indústrias siga o método halal.

Embora sem saber, os consumidores brasileiros e europeus já estão comprando a carne de bovinos que foram abatidos de acordo com os preceitos islâmicos. Isso porque nem todos os cortes de carne dos animais abatidos para a produção voltada aos muçulmanos são vendidos nesses mercados. No Egito, por exemplo, há grande demanda pelo dianteiro bovino. Os cortes do traseiro, como a picanha, são vendidos a outros mercados, principalmente o brasileiro.

Na JBS, maior empresa de proteínas animais do mundo, a participação do abate halal já é significativa. Atualmente, cerca de 65% das exportações de carne bovina feitas pela JBS a partir do Brasil são do produto halal, afirmou ao Valor o presidente da Friboi, Renato Costa, durante a Gulfood, a principal feira de alimentos do Oriente Médio, que ocorreu até quinta- feira em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. O executivo não tem dúvidas de que essas vendas só vão crescer.

Principal responsável pelo forte avanço das exportações brasileiras de carne bovina em 2018, a China é, contraintuitivamente, o país que impulsiona a produção de carne bovina halal da JBS. De acordo com Costa, cerca de 80% das exportações feitas pela companhia para a China são do produto que é feito segundo os preceitos islâmicos. A JBS lidera as vendas do Brasil aos chineses. A empresa tem seis frigoríficos habilitados para vender ao país. Como um todo, a China foi responsável por 14,3% das exportações de carne do Brasil em 2018.

Mas o mercado chinês não é o único que deverá puxar o abate halal de bovinos nos próximos anos. O presidente da Friboi está otimista com a possível abertura da Indonésia à carne bovina brasileira, depois de anos de negociações entre os governos do dois países e das queixas do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC). Com mais de 260 milhões de habitantes, o país do Sudeste Asiático tem maioria muçulmana – mais de 80% da população. Para Costa, o mercado indonésio será outra alavanca da produção de carne halal.

No mundo halal, não se pode esquecer, é claro, dos países do Oriente Médio e do Norte da África, que absorvem cerca de 25% das exportações brasileiras. Em 2018, os países dessas regiões gastaram US\$ 1,4 bilhão para importar 425,7 mil toneladas, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Egito, Irã e Arábia Saudita lideraram as compras.

Conforme o presidente da Fambras Halal, Mohamed Hussein El Zoghbi, cerca de 100 frigoríficos brasileiros estão certificados para fazer o abate halal. A Fambras, que surgiu da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, é a maior certificadora no segmento.

Em entrevista ao Valor em Dubai, o executivo da Fambras afirmou que a implementação das caixas rotativas, tecnologia obrigatória para o abate kosher (judeu), deverá ajudar a sustentar a produção de



carne halal graças aos ganhos de produtividade que oferecem. “Não atrasa o abate. Você mantém a produção de carne dentro do que é esperado”.

Segundo o dono de um frigorífico brasileiro que não quis ser identificado, cada caixa rotativa custa R\$ 550 mil. Com uma linha dupla desses equipamentos, é possível manter os abates entre 100 e 120 cabeças de gado por hora. Essa é uma vantagem sobre o sistema anterior, em que o gado se debatia, o que é um problema do ponto de vista do bem estar animal e também da eficiência econômica da indústria. No sistema anterior, 80 cabeças por hora eram abatidas.

Em relação ao abate tradicional de gado no Brasil, a maior diferença para o modelo halal é que os islâmicos geralmente não permitem a insensibilização dos animais. Nos frigoríficos que não fazem o abate halal, o bovino é insensibilizado com um tiro de pistola pneumática. É só depois disso que os animais, sem consciência, passam pelo processo de sangria nos frigoríficos.

Ministra anunció que está en tratativas para abrir el mercado peruano

25/02/19 - por Equipe BeefPoint Em viagem ao Acre, nesta sexta-feira (22), onde foi acompanhar o início da colheita de soja no estado, a ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) informou que está negociando junto ao governo do Peru a abertura do mercado daquele país para a carne brasileira, principalmente a produzida no Norte do país. Ela disse que não faz sentido o Peru comprar carne de países distantes, como Austrália e Estados Unidos, e estar com o mercado fechado para a produção de excelente qualidade do Brasil. A ministra convidou o governador do Acre, Gladson Cameli, a acompanhá-la em viagem ao Peru, juntamente com uma comitiva de produtores acreanos, para negociar a abertura do mercado.

“Nós já estamos bem encaminhados”, disse Tereza Cristina, em relação às negociações com o governo peruano. “Vamos ter uma missão, em breve, para o Peru para abrir o mercado de carnes. A gente sabe que vocês (do Acre) têm um potencial enorme na pecuária, e o Peru importa carne da Austrália. Olha a distância! Eles estão lá do outro lado do mundo e nós temos aqui carne de qualidade. O governador nos acompanhará para mostrar tudo que vocês têm de bom aqui”.

A ministra visitou a primeira plantação de soja da Fazenda Mariana, nos arredores de Rio Branco, a capital do estado, e ficou satisfeita ao conversar com a produtora rural Fátima Maciel, integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do estado. Fátima contou à ministra que tinha medo de plantar soja, porque diziam a ela que o produto deixava os solos inférteis. Mas ela finalmente teve acesso à cultura e se surpreendeu positivamente. “O solo é adubado pela palha da soja e continua fértil. A palha funciona como adubo”, disse a trabalhadora. “Ouvir esse depoimento já valeu a minha viagem”, respondeu a ministra.

Produção com sustentabilidade

Tereza Cristina disse esperar que a produção de soja aumente a cada ano no Acre, com responsabilidade ambiental. Nesta primeira safra, o estado plantou 500 hectares com soja. “Se Deus quiser, ano que vem eu venho aqui e já vai ter mil, dois mil hectares. E isso sem comprometer o meio ambiente, fazendo isso com sustentabilidade. Nós temos como fazer, nós temos tecnologia hoje para isso. O Brasil é campeão em tecnologia na agricultura tropical, só ele tem, e precisamos exportar nossa tecnologia”, afirmou a ministra.

A ministra disse que vai tentar resolver um problema que aflige os produtores do Acre, a dificuldade de transportar cargas até a Bolívia. “É uma insensatez que os caminhões tenham de andar 3 mil quilômetros para levar carne a um país tão próximo. Isso tira toda a margem (de lucro) do empresário que está produzindo aqui, o problema da passagem é um absurdo. Então vamos sentar e endurecer um pouquinho esse jogo para ver se conseguimos que toda a carne que vai para a Bolívia não tenha de dar essa volta, porque isso é mortal”.

Tereza Cristina disse também que “o Ministério da Agricultura está aberto para todos aqueles que querem empreender”. Segundo ela, é preciso “desburocratizar muita coisa” e tornar os processos mais simples e menos demorados. “Simplificar processos não quer dizer que não vamos cumprir lei. Nós vamos cumprir sim, mas não podemos deixar coisas que podem ser resolvidas rapidamente levarem anos de gaveta em gaveta, deixando o empresariado esperando para investir”.

AFTOSA:

Discuten control de la aftosa sin vacunación

25/02/19 - por Equipe BeefPoint - Nesta quinta-feira, as medidas adotadas para o controle da febre aftosa sem vacinação no Brasil com foco na sua execução em MS foram o assunto discutido no painel “Novos Rumos para o controle da febre aftosa”, mediada pela pesquisadora da Gado de Corte Vanessa Felipe de Souza na 14ª Dinapec – Dinâmica Agropecuária realizada pela Embrapa e Sistema Famasul. O chefe de saúde animal da Superintendência Federal da Agricultura de MS (SFA/MS), Elvio Cazola, abriu o diálogo descrevendo o Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA) 2017-



2026, elaborado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para eliminar a doença no país.

Segundo o Mapa, o Plano Estratégico busca consolidar a condição sanitária conquistada no Brasil em relação à enfermidade ao fortalecer medidas de prevenção. Um dos principais objetivos é avançar com a zona livre de febre aftosa sem vacinação em todo o território nacional. “O Brasil, no ano passado, conquistou a condição de livre de febre aftosa”, diz Elvio. “Nós temos hoje uma zona livre sem vacinação, que é Santa Catarina, e o restante do país livre com vacinação”. Ele esclarece que a retirada da vacina não é uma ação isolada no Brasil: “esse plano foi apresentado em 2017 na Comissão Sul-Americana de Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa), que reúne 13 países”.

Luciano Chiocheta, diretor-presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro MS), afirma que, no âmbito da execução local do plano, a previsão é que a vacinação possa ser suspensa no estado em 2021, atingindo o status internacional de livre de febre aftosa sem vacinação em 2023. “Associada à vigilância, precisamos ter uma metodologia eficiente para controlar o trânsito de animais (tanto interno quanto interestadual), que pode levar à disseminação da doença. Para isso, buscamos estabelecer rotas compulsórias dentro do estado, pré-estabelecidas para que os veículos transportadores possam transitar. Também redirecionamos os postos de fiscalização: hoje temos 24, mas somente 7 estão ativos. Estamos aumentando esse número para 29”, descreve.

O estado de Mato Grosso do Sul está há 13 anos sem a ocorrência da enfermidade, segundo a Iagro. O estado está dividido em três regiões sanitárias: Planalto, Pantanal e Zona de Fronteira, que possuem etapas de vacinação específicas. O Pantanal vacina uma vez ao ano, de maio a novembro; as demais regiões, duas vezes ao ano. O rebanho bovino está em torno de 21 milhões de animais, com 59 mil propriedades com espécies suscetíveis à aftosa – bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e suínos. João Vieira Neto, presidente da Câmara Técnica de Medicina Veterinária (CFMV), que discutiu no painel a estrutura técnica profissional dos médicos veterinários, reforça: “há que se buscar alternativas para que não fique somente a cargo do serviço oficial esse trabalho de defesa”.

O produtor rural Luis Alberto Moraes, vice-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), ressaltou que 30% do valor bruto de produção da agropecuária do estado vêm da pecuária. Desses 30%, 88% têm relação com animais suscetíveis à enfermidade. “Existem grandes mercados que ainda não conseguimos atingir justamente porque não temos o status de livres de aftosa sem vacinação. São países que só aceitam nosso produto in natura se tivermos esse status”, comenta. “Exportamos para mais de 130 países, mas a grande maioria do nosso mercado hoje ainda é interno. Vamos precisar crescer principalmente no mercado externo, em locais como Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Indonésia”, finaliza.

Segunda etapa de Vacunación 2018: alcanzó al 98,50% del total previsto

25/02/19 - por Equipe BeefPoint A segunda etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa, realizada em novembro, imunizou 94,87 milhões de bovinos e búfalos no país, dos 96,31 milhões previstos, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com isso, a cobertura vacinal atingiu 98,50%. A maior parte dos estados vacinou animais com idade de até 24 meses. As exceções foram o Acre, Amapá, Espírito Santo e Paraná, que vacinaram animais de todas as idades, de acordo com dados informados pelo Departamento de Saúde Animal e Insumos Pecuários.

Na etapa de novembro de 2018 foi usada pela última vez a vacina de 5 ml. A partir deste ano, nas etapas de vacinação, nova dose de 2 ml bivalente (para dois tipos de vírus) será utilizada. As campanhas iniciarão em 15 de março no Amazonas, concentradas nos meses de maio (1ª etapa) e de novembro (2ª etapa) na maioria das unidades federativas.

Os produtores precisam estar atentos para usar a dose correta da vacina – 2 ml – para não haver sobredosagem no animal, que pode provocar caroços, edemas, inchaços e até abscesso, no caso eventual de contaminação.

Cuidados na vacinação

Compre as vacinas somente em lojas registradas.

Verifique se as vacinas estão na temperatura correta (2° C a 8° C).

Para transportá-las, use caixa térmica, coloque três partes de gelo para uma de vacina e lacre.

Mantenha a vacina no gelo até o momento da aplicação. Escolha a hora mais fresca do dia e reúna o gado. Mas lembre-se: só vacine bovinos e búfalos.

Durante a vacinação, mantenha a seringa e as vacinas na caixa térmica e use agulhas novas, adequadas e limpas. A higiene e a limpeza são fundamentais para a boa vacinação.

Agite o frasco antes de usar e aplique a dosagem certa em todos os animais: 2 ml.

O lugar correto de aplicação é a tábua do pescoço, podendo ser no músculo ou embaixo da pele. Aplique com calma.

Não esqueça de preencher a Declaração de Vacinação e entregá-la no Serviço Veterinário Oficial do seu Estado junto com a Nota Fiscal de compra das vacinas.



Santa Catarina aboga para mantener su condición de estado libre de la enfermedad

22/02/2019 SC é o único Estado brasileiro a manter, desde 2007, o status de livre de aftosa sem vacinação

Independentemente supostos avanços conquistados pelos outros Estados brasileiros em relação ao programa de erradicação da doença da febre aftosa, o governo de Santa Catarina, juntamente com a iniciativa privada e produtores rurais, já apresentou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a proposta de que o Estado se mantenha com a certificação (de livre de aftosa sem vacinação) independente do restante do País.

+SC manifesta preocupação com fim da vacinação contra aftosa no PR

Segundo as autoridades locais, a separação de Santa Catarina do resto dos Estados garante que, em caso de ocorrência de febre aftosa em outra região, a certificação internacional catarinense não seja afetada.

Nessa situação, Santa Catarina, reforçam as autoridades, continuaria autorizada a exportar os produtos de origem animal, pois se manteria como uma zona a parte do restante do País.

Santa Catarina é o único Estado brasileiro a manter, desde 2007, o status de livre de aftosa sem vacinação.

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA prevê a suspensão gradativa da vacinação contra febre aftosa no Brasil, começando pelo Paraná. A expectativa é de que, até 2023, o Brasil seja reconhecido pela OIE como país livre de febre aftosa sem vacinação.

SC está preocupada com fim da vacinação contra aftosa no PR

22/02/2019 Secretário de agricultura de SC entende que outros Estados ainda não estão preparados para a retirada da vacina

A possibilidade de antecipação de 2021 para 2019 da retirada da vacinação contra a febre aftosa pelo Paraná preocupa Santa Catarina, disse o secretário da Agricultura e da Pesca, Ricardo de Gouvêa, que participou da reunião da Câmara da Agroindústria da FIESC, realizada em Florianópolis.

Santa Catarina é o único Estado brasileiro a manter, desde 2007, o status de livre de aftosa sem vacinação.

“Particularmente, entendo que outros Estados ainda não estão preparados para a retirada da vacina; depois de reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, levamos mais 14 anos para recebermos o aval da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)”, disse Gouvêa.

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA prevê a suspensão gradativa da vacinação contra febre aftosa no Brasil, começando pelo Paraná. A expectativa é de que, até 2023, o Brasil seja reconhecido pela OIE como país livre de febre aftosa sem vacinação.

MT y RO discuten estrategias de vacunación

01/03/19 - por Equipe BeefPoint Representantes dos Estados de Mato Grosso e Rondônia estão reunidos desde quarta-feira em Vilhena (RO) para discutir a implementação do Plano Estratégico de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa. Na pauta, está a retirada da vacinação dos rebanhos de bovinos e bubalinos, que deve ocorrer ainda este ano no Acre e em Rondônia, além de alguns municípios mato-grossenses. A reunião prosseguirá até sexta-feira, informou em nota o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea-MT).

“Os Estados de Rondônia e Acre, além de alguns municípios de Mato Grosso, como Aripuanã, Colniza, Comodoro e Rondolândia, fazem parte do Bloco I do plano, com previsão de retirada da vacinação ainda no ano de 2019”, diz o Indea.

O presidente do Indea-MT, Tadeu Mocelin, explicou que a parceria com Rondônia é importante. “Futuramente esta medida ocasionará a abertura de novos mercados em países que até então não compravam a carne brasileira. Então, neste momento precisamos redobrar a atenção na vigilância sanitária”, disse. Além da reunião de nivelamento das ações, estão sendo realizadas visitas na área de limite do Bloco I. Além disso, como os Serviços Veterinários estaduais precisam ser reestruturados, o Ministério da Agricultura está realizando uma auditoria no setor, disse o Indea-MT.

Bienestar animal: Mal desempeño de empresas brasileñas a nível global

27/02/19 - por Equipe BeefPoint Líder global na avaliação dos padrões de bem-estar animal adotados por algumas das maiores marcas de alimentos e restaurantes do mundo, o sétimo relatório Business Benchmark on Farm Animal Welfare (BBFAW 2018) aponta que as empresas brasileiras avaliadas tiveram um desempenho menor do que o alcançado na última edição.

Em relação à 2017, BRF e JBS caíram um nível no ranking, do nível 2 ao 3, se igualando a Marfrig que manteve a mesma posição do ano passado. A edição de 2018, também passou a incluir as empresas



Aurora e Minerva – respectivamente no penúltimo e no último nível do levantamento, além do Habib's – primeira cadeia de restaurantes brasileira incluída no relatório.

Realizado com o apoio da Proteção Animal Mundial e da Compassion in World Farming, o BBFAW 2018 classificou 150 empresas, em 23 países, dos níveis 1 a 6 – sendo o nível 1 o melhor e 6 o pior. “A conclusão geral é que enquanto algumas empresas de alimentos trabalham duro para melhorar o bem-estar animal em suas cadeias de fornecimento, outras nem sequer incluem o tema em sua agenda de trabalho”, declara o gerente de agropecuária sustentável da Proteção Animal Mundial, José Rodolfo Ciocca.

Ao integrarem pela primeira vez o levantamento, as empresas Aurora e Minerva foram classificadas respectivamente no penúltimo e no último nível do levantamento. No geral, faltou clareza sobre as posições das empresas para questões como confinamento, uso de substâncias promotoras de crescimento e antibióticos, entre outras.

“Ambas as empresas não divulgaram informações claras sobre se possuem e implementam políticas que visem o bem-estar animal e nem os resultados de seus esforços na área”, explica Ciocca, lembrando que em 2018 a metodologia do BBFAW passou a enfatizar informações públicas transmitidas pelas empresas em seus relatórios de desempenho, em especial, avanços que proporcionam melhoras reais na vida dos animais.

Justamente a falta de informação atualizada e de clareza em seus relatórios, foram as principais causas da queda de nível da BRF e JBS. Após figurarem na posição 2 na edição de 2017, ambas as empresas caíram para o nível 3 do ranking, se igualando a Marfrig que manteve a mesma posição do ano passado.

“Nossa recomendação é que as empresas melhorem a qualidade e mantenham atualizadas as informações fornecidas ao público. É preciso deixar claro a posição da companhia em elementos-chaves do bem estar animal, como confinamento, mutilações, insensibilização pré-abate e transporte de animais vivos”, conclui Ciocca.

Entre as 155 empresas avaliadas em 2018 constam marcas como Burger King, Danone, Hersheys, McDonald's, Starbucks, Subway, Unilever e Walmart. Em comparação ao primeiro BBFAW, realizado em 2012, hoje pode-se afirmar que:

53% das empresas possuem determinações explícitas de seus conselhos administrativos ou direção executiva sobre o bem-estar dos animais de fazenda (comparado com 22% em 2012);

71% publicaram objetivos formais e compromissos para melhorar o bem-estar dos animais de fazenda (comparado com 26% em 2012);

Entre as 55 empresas participantes do BBFAW desde 2012, 82% melhoraram seu desempenho: 17 (31%) subiram um nível, 20 (36%) subiram dois níveis e 8 (15%) subiram três níveis.

Por outro lado, apenas um pouco mais da metade das empresas informa sobre a proporção de animais livres de confinamento; somente uma em cada quatro empresas fornece informações sobre a proporção de animais que são insensibilizados antes do abate e apenas uma em cada cinco empresas apresenta relatórios sobre o tempo de transporte de animais vivos.

“Produtores de alimentos, supermercados e cadeias de restaurantes não podem mais ignorar o bem-estar animal. Os consumidores de hoje possuem mais informações e mostram que se importam cada vez mais com o bem-estar dos animais quando decidem onde comprar e comer”, afirma a diretora-executiva da Proteção Animal Mundial no Brasil, Helena Pavese. Para acessar o relatório completo: www.protecaoanimalmundial.org.br

Avanzan en la instrumentación de Programas de Auto-control

28/02/19 - por Equipe BeefPoint Comitê Técnico de Programas de Autocontrole foi instituído por meio da Portaria 24, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa), na segunda-feira (25). O objetivo é promover a articulação de órgãos e entidades públicas e privadas para implementar programas de autocontrole a serem aplicados nos estabelecimentos regulados pela legislação da defesa agropecuária do país.

“O comitê técnico visa criar um ambiente institucional para debater e identificar quais são as cadeias ou os ramos do setor regulado, onde se possa avançar no autocontrole. A partir dessa definição criaremos subcomitês específicos para trabalhar tecnicamente questões que possam gerar alterações normativas”, explicou o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, José Guilherme Leal.

O grupo deverá propor a implementação, monitoramento e avaliação dos programas de autocontrole, identificar os atos normativos necessários para implementação de seus objetivos, apoiar a articulação necessária à execução de ações conjuntas, como troca de experiência e capacitação, e sugerir subcomitês para temas específicos.

Com atuação de caráter permanente e de cunho técnico e consultivo, o comitê será integrado por representantes do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal(Dipoa), do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal(Dipov), do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos



Agrícolas(DDIA), do Departamento de Saúde Animal e Insumos Pecuários(DSA), do Departamento de Serviços Técnicos e do Departamento de Suporte e Normas(DSN).

Os representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional da Indústria(CNI) e da Organização das Cooperativas Brasileiras(OCB) poderão ser convidados para participarem das discussões.

Tocantins: ocho plantas construídas por el estado estarán listas em agosto próximo

27/02/19 - por Equipe BeefPoint Os oito matadouros frigoríficos de bovinos que estão sendo construídos pelo Governo do Tocantins nos municípios de Barrolândia, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus, Ananás, Araguañã, Arapoema, Campos Lindos e Wanderlândia devem ser ficar prontos até o mês de agosto deste ano. Eles serão entregues totalmente equipados e certificados pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi).

Os matadouros estão sendo construídos em uma área total de 883,60 m², divididos em oito lotes dos municípios citados com a proposta de abate de 50 cabeças de gado por dia, podendo se estender de 100 ou mais cabeças por meio da ampliação da câmara frigorífica.

Os recursos investidos nas obras fazem parte do acordo assinado entre o governador Mauro Carlesse, e o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser, no último dia 13 de fevereiro, em Brasília (DF). Dos R\$ 500 milhões liberados para a nova etapa do Programa de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável (PDRIS), R\$ 18 milhões serão destinados para a construção dos matadouros frigoríficos.

Demanda

Segundo o secretário executivo da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (Seagro), Thiago Dourado, a demanda atual do Estado para abastecimento de carne bovina é de 1.600 cabeças por dia, na qual 50% são supridas nos abastecimentos formais de cidades-polo como Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e Paraíso.

Dessa forma, os matadouros em construção estão direcionados inicialmente para atender as cidades pequenas, ofertando 400 cabeças/dia, o que sana mais 25% da demanda total, e consegue atender até 400 mil pessoas por dia.

“É importante deixar claro que os benefícios dessas indústrias são para as regiões adjacentes às localidades de instalação, logo que o ponto de equilíbrio calculado se estende a um raio de 200 km, atendendo cerca de 125 cidades no total”, destacou Thiago Dourado.

Em visita realizada aos matadouros em construção, no último dia 16 de fevereiro, o gestor da Seagro, César Halum, ressaltou a importância da indústria instalada no interior do Estado que “promoverá o desenvolvimento regional, aproximando o produtor pecuarista da unidade de beneficiamento, gerando emprego e oportunidades, além de garantir uma carne de qualidade e inspecionada, que proporcionará a segurança alimentar”.

O secretário ainda complementou que a instalação desses frigoríficos também é uma forma de aumentar a segurança do homem do campo que, muitas vezes, tem seu gado roubado e levado ao abate nos frigoríficos clandestinos, locais que não possuem o controle de inspeção e de origem da carne.

Escolha dos municípios

A escolha dos municípios beneficiados com o programa, e consequentemente com a construção dos matadouros, obedeceu aos critérios impostos de viabilidade como sanidade, suficiência de rebanhos, demanda de abate condizente com a capacidade dos matadouros, compras institucionais, Compra Direta e Programa Nacional de Alimentação em Escolas (Pnae), garantia de comercialização, processo de abate certificado com o Serviço de Inspeção Municipal, dentre outras normas.

Segundo dados da Seagro, 80% dos municípios do Estado não possuem matadouros frigoríficos e o abate é feito clandestinamente em condições precárias que oferecem risco à saúde da população, ao meio ambiente, causam maus-tratos aos animais e não oferecem nenhum benefício à sociedade.

Benefícios da regularização

É importante perceber que a instalação desses frigoríficos está associada também com a preocupação do Governo com a saúde pública, uma vez que essas novas estruturas poderão comercializar uma carne segura e inspecionada sem oferecer qualquer risco à população. A construção dos abatedores, além de legalizar o abate, também promove segurança alimentar e melhoria na vida da população e consequentemente melhora a qualidade alimentar.

Desde o processo de construção até a operacionalização dos serviços, a obra oferece emprego à população, gera renda e consumo na região, bem como atrai novas empresas, indústrias, melhora as pastagens e os serviços de extensão rural, gera serviços e venda de insumos, cresce a logística e o aumento da demanda por captação de transporte do gado das fazendas para as indústrias e da carne beneficiada e inspecionada para os mercados e açougues.

Segundo o secretário executivo da Seagro, Thiago Dourado, a instalação dessas indústrias irá fortalecer e desenvolver ainda mais a cadeia produtiva da pecuária, que se expande em diversos outros setores, da logística à produção e à manutenção em consolidação, com previsão de geração de 3 a 4 mil empregos



diretos e/ou indiretos, com movimentação financeira estimada de R\$ 100 milhões por mês com toda essa cadeia.

Os riscos dos matadouros clandestinos

Péssimas condições do abate, armazenamento e transporte da carne bovina podem causar sérios riscos à saúde, bem como prejuízos a diversos outros setores que interferem direta ou indiretamente na condição humana.

Existem mais de 30 doenças transmissíveis por carne contaminada, comprovadas por estudos realizados por órgãos de saúde pública, dentre elas estão tuberculose, aftosa, raiva, brucelose e cisticercose (fase intermediária da "solitária"). Nesta última, se o parasita se instalar no cérebro, pode causar cegueira, surdez ou distúrbios neurológicos, além de atacar a musculatura do coração, o fígado e os pulmões.

Outros riscos associados aos abatedouros clandestinos estão ligados aos dejetos dos animais que são jogados ao ar livre ou mesmo em rios da região, sem qualquer tipo de tratamento, o que agride o meio ambiente. Ainda há também os maus-tratos aos animais durante o abate, que é realizado muitas vezes com golpes de facão, machado ou marreta, onde o animal agoniza por longos minutos.

Fonte: Surgiu.

URUGUAY

Continúa la firmeza en el mercado, novillo gordo con tope en US\$ 3,35

28 de febrero de 2019 El mercado del ganado gordo transita la séptima semana de firmeza de precios. Con disparidad entre plantas, tanto en precios como en entradas y mucha demanda por parte de la industria, el productor no convalida un ajuste con el clima como principal aliado.

El novillo gordo especial cotiza entre US\$ 3,25 y US\$ 3,35 por kilo carcasa, pero hay plantas que piden hasta US\$ 3,20 sin éxito y otras que no están pasando precios debido a la faena de ganados de corral.

En el caso de la vaca las referencias se encuentran entre US\$ 3,05 y US\$ 3,15 por kilo dependiendo de la calidad y peso, pudiéndose lograr algún centavo más por ganados excepcionales. Las entradas son dispares entre plantas, pero van de cinco a 15 días.

Los datos del Instituto Nacional de Carnes muestran una faena sostenida en niveles que superan los 50.000 animales por quinta semana consecutiva. Las hembras siguen siendo mayoría pero con una participación inferior a la de semanas anteriores debido a la presencia de las cuadrillas kosher en algunas plantas y de la Cuota 481.

En la semana cerrada el 23 de febrero se industrializaron 51.744 vacunos, 540 menos (-1%) que los 52.284 faenados la semana previa y 2.205 cabezas menos o -4% respecto a las 53.949 faenadas en la misma semana del año pasado en plena sequía.

Del total de la faena, el 50,4% fueron hembras, tres puntos porcentuales más que en igual semana del año pasado (47,2%). Alcanzaron las 26.068 cabezas, 2.646 menos (-9%) que las 28.714 de la semana anterior y 615 más (2%) que en igual período del año pasado cuando se faenaron 25.453 cabezas.

Los novillos faenados -a diferencia de las hembras- subieron respecto a la semana anterior., Totalizaron 24.997 cabezas, 2.636 más (12%) que las 22.361 cabezas de la semana anterior pero 2.757 menos respecto a las 27.389 de igual semana de 2018.

La firmeza en el mercado gordo y la disponibilidad de pasto se traslada a la reposición con una oferta muy limitada y una demanda que incrementa semana a semana. Este jueves (28) Pantalla Uruguay presentará una nueva oferta de ganados. En la grilla de la Asociación de Consignatarios de Ganado (ACG) los terneros promediaron US\$ 2,18, dos centavos más que la semana anterior. Los machos para la exportación en pie -muy demandados- cotizan entre US\$ 2,05 y US\$ 2,20.

En ovinos el mercado está firme -con preferencia por animales livianos- y tiene como referencia los precios de Consignatarios. El cordero se mantuvo en US\$ 3,30, el cordero pesado en US\$ 3,31. Los borregos subieron un centavo a US\$ 3,30, los capones subieron dos centavos a US\$ 2,99 y las ovejas subieron un centavo a US\$ 2,94.

La faena de ovinos ajustó luego de dos semanas de suba, y se mantiene desde comienzos de año por debajo de los valores del año pasado. Totalizó 17.635 animales, 2.116 menos que las 19.751 cabezas de la semana anterior y 729 menos que en igual semana del año pasado cuando se faenaron 18.364 cabezas.

La faena de ovejas fue de 5.754, 1.358 menos que en igual semana de 2018 cuando se faenaron 7.112. La participación fue de 33%, seis puntos porcentuales menos que en igual período del 2018.

Barre informó que podría haber flexibilizaciones para los 90 días de permanencia en el predio

28 de febrero de 2019 mediados de febrero la Dirección General de Servicios Ganaderos del MGAP informó que a partir del 1 de marzo todos los con destino exportación deben permanecer en el predio obligatoriamente durante los 90 días previo a la faena. Pero determinadas formas de producción podrían tener cierta flexibilización.



Eduardo Barre, director de Servicios Ganaderos del MGAP dijo a Tiempo de Cambio de radio Rural que presentarán un informe con una propuesta a China "de como se podrán justificar los 90 días", que deberá ser aprobado por las autoridades asiáticas. Ejemplificó que un productor criador termina sus animales en un DICOSE distinto, estrictamente no cumpliría los 90 días pero si sumando los días de ambos establecimientos podría cumplirlos. De todos modos, un relevamiento realizado por el SNIG estableció que del total de los animales faenados para exportación, el 93% permanecía 90 días o más en el predio. Y del total de DICOSES habilitados el 84% cumplían con el plazo.

Buscan más clientes para la carne en feria de Japón

28/02/2019 - Van 14 frigoríficos, más operadores y habrá degustaciones.

Las carnes uruguayas se juegan más a Japón. El martes 5 de marzo y hasta el viernes 8, se desarrollará la feria Foodex Japón 2019, la más grande de Asia en el rubro alimentación, donde los frigoríficos uruguayos quieren mostrarle a los importadores nipones que pueden abastecer el mercado con calidad e incluso, con productos que los consumidores valoran por sus atributos: bienestar animal, libres de anabólicos y respeto por el medio ambiente.

En el marco de Foodex 2019, se organizaron dos actividades dirigidas a autoridades, potenciales inversores, empresarios y compradores. Se trata del "Foro de negocios Japón-Uruguay" el lunes 4 de marzo y el "Día de Uruguay en Japón" el miércoles 6 de marzo, donde los asistentes podrán informarse acerca de las ventajas de este país como destino de inversiones, su oferta exportable de calidad y su propuesta cultural.

Los eventos contarán con una delegación de autoridades uruguayas integrada por el subsecretario del Ministerio de Relaciones Exteriores, Ariel Bergamino, el ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Enzo Benech, el embajador uruguayo en Japón, César Ferrer, el presidente del Instituto Nacional de Carnes (INAC), Federico Stanham y el director ejecutivo de la agencia de promoción de inversiones, exportaciones e imagen país, Uruguay XXI, Antonio Carámbula.

En la actualidad Uruguay produce alimentos para 30 millones de personas, con potencial de llegar a 50 millones. Por su inocuidad y calidad, garantizada por sus sistemas de trazabilidad aplicados por ley a todo el rodeo bovino y algunos cultivos. Actualmente los productos uruguayos están en las mesas de más de 150 países. La más reciente prueba de esta situación son las exportaciones de carne enfriada y congelada hacia Japón.

Tras un profundo proceso de estudio por parte de las autoridades sanitarias japonesas, los exportadores uruguayos pueden llegar al mercado con sus carnes desde el mes pasado. Gracias a su reputación sanitaria y de producción, Uruguay es el primer país con vacunación contra fiebre aftosa que logra entrar con sus carnes en Japón y Corea del Sur, dos países libres de la enfermedad sin vacunación.

Proceso. La reapertura de Japón demandó 19 años de negociaciones, pues las últimas importaciones las realizó en el 2000, cuando Uruguay fue sacudido por la epidemia de fiebre aftosa que tuvo como epicentro el departamento de Artigas. Con ese insuceso, Uruguay perdía su status de país libre de fiebre aftosa sin vacunación.

Hoy hay una gran diferencia en los productos que pueden acceder al mercado nipón: es carne bovina madurada y desosada. Antes, los frigoríficos uruguayos colocaban cortes con hueso e incluso algunas menudencias, como es el caso de las lenguas bovinas, un producto considerado una delicatessen para la gastronomía nipona.

Feria. Durante la Feria Foodex, son 14 las plantas frigoríficas, además de seis brockers y traders que estarán presentes en el stand de carnes de Uruguay, que tiene 90 metros cuadrados, impulsado por el INAC.

Las primeras exportaciones de Uruguay llegaron con éxito a Japón y sortearon todos los chequeos y exigencias de las autoridades del Ministerio de Agricultura, Silvicultura y Pesca de Japón.

Parte del embarque de los seis frigoríficos exportadores que incursionaron en el mercado está destinada a retomar la relación comercial con algunos clientes pero también hay otros que son nuevos. Además, salieron partidas que se usarán en las degustaciones que se harán durante la feria.

Es histórico el ingreso de las primeras partidas de hamburguesas, exportadas por el Frigorífico Tacuarembó/Marfrig a un mercado de alto potencial.

Marcelo Secco, CEO de la compañía y presidente de la Asociación de la Industria Frigorífica del Uruguay (Adifu), dijo la semana pasada a El País que "el principal desafío es, identificar el grado de aceptación de nuestro producto" y explicó que, a diferencia de otros mercados, "en Japón hoy es más importante hacer conocer el producto que hacer conocer el país".

PARAGUAY

Paraguay: octavo exportador mundial de carne

27/02/19 - por Equipe BeefPoint



O Paraguai passou da posição seis para a oitava posição entre os maiores exportadores de carne do mundo, revelou o presidente do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Animal (Senacsa), José Carlos Martin.

Ele explicou que isso se deve principalmente à competitividade que o produto argentino ganhou com a desvalorização de sua moeda, como o Brasil no ano passado. "A Argentina aumentou suas exportações em 75%", disse ele.

No nível regional, nosso país passa da posição dois para a quarta posição em termos de exportações, atrás do Brasil, Argentina e Uruguai, disse Martin. No entanto, o presidente da Senacsa ressaltou que o Paraguai continua no top ten dos exportadores de carne do mundo.

Diante dessa situação, uma das soluções para posicionar o Paraguai novamente é "não continuar fazendo o mesmo de sempre", disse Martin. Isso implica a criação de um Instituto da Carne, que servirá para promover e certificar a carne paraguaia, disse ele.

Para isso, eles se reuniram com representantes da Associação Rural do Paraguai (ARP), da Câmara Paraguaia de Carne e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG). Segundo Martin, existe um acordo entre esses órgãos para promover o instituto por meio de uma parceria público-privada.

La caída del precio del ganado complica rentabilidad

26 de febrero de 2019 | arp reflota la necesidad de crear el instituto de la carne

El precio del ganado bajó cerca del 10%, y actualmente se cotiza en US\$ 2,80 por kilogramo al gancho, lo que complica la rentabilidad y frena el crecimiento del hato, señaló ayer el titular de la ARP, Luis Villasanti. La rápida caída de los precios del ganado "gordo" (para la industria de exportación) pone hoy a la producción pecuaria ante un desafío, porque si la rentabilidad de la producción es afectada, los ganaderos empezarán a vender vientres, dejando de lado los planes para el aumento de las tasas de procreo, explicó ayer el presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Luis Villasanti.

El líder ganadero habló en el marco de la rúbrica del acuerdo que suscribieron la ARP y la firma Everdem, para la comercialización de ganado de invernada en ferias por pantalla televisada, por cuarto año consecutivo.

Explicó que la depresión de los precios del ganado se debe a varios factores relacionados con la exportación. Señaló que Argentina, un competidor, "resurgió de sus cenizas en forma muy agresiva"; además, paralelamente, Brasil está retomando sus mercados perdidos.

También dijo que al Paraguay le faltan más mercados con buenos precios y la certificación oficial de calidad de la carne, que se podría dar con un instituto de la carne.

"Paraguay tiene dos mercados importantes, Rusia y Chile, donde en conjunto envía el 72% de la carne exportada. Lo que se debe hacer es buscar más mercados y apuntar mayormente a la calidad de la carne, creando un instituto de la carne", subrayó el presidente de la ARP, Luis Villasanti.

Posible apertura del mercado de EE.UU.

Villasanti anunció que la apertura del mercado de EE.UU. está cada vez más cerca. El Ministerio de Agricultura y Ganadería informó que en breve llegarán los inspectores sanitarios de ese país para auditar las plantas frigoríficas de nuestro país.

Ferías de invernada 2019

El calendario de ferias de ganado de invernada, que la ARP y Everdem desarrollarán este año mediante el sistema de venta por pantalla televisada, se realizará en sede de la rural, en Mariano Roque Alonso. Serán los días 25 de marzo, 29 de abril, 21 de octubre y 25 de noviembre. El horario definido es de las 20:30, en todos los casos.

UNION EUROPEA

Comisario Europeo anuncia que está próximo un acuerdo con EE.UU. que incluye la cuota 481

By Reuters Feb. 23, 2019 PARIS — The European Union is no closer to a trade deal with Mercosur because members of the South American bloc have changed their position on previously agreed issues, but expects to settle a U.S. claim for a bigger share of a beef import quota within weeks, the EU's agriculture chief said.

"We're not closer (to a deal) because there has been some backtracking on the part of the Mercosur countries in relation to certain products where we had agreements in 2017," EU Agriculture Commissioner Phil Hogan said in an interview at the Paris farm show.

"I regret this very much but there are political reasons in the Mercosur countries for this it seems."

German Chancellor Angela Merkel said in December that the new Brazilian government of President Jair Bolsonaro would make it harder to reach a deal in the long-running talks with the Mercosur, which also includes Argentina, Paraguay and Uruguay.

The South American group has been pushing for greater access to the EU for its agricultural exports, notably beef. Brazil has previously blamed the EU for being protectionist about farming.



The EU was looking for concessions in relation to cars, car parts, rules of origins, public procurement, the maritime sector, dairy and geographic indications, ahead of a next round of negotiations in March, Hogan said.

Regarding a U.S. request for a greater share of a 45,000 tonne EU import quota for hormone-free beef, he said he expected it to be settled in "four to six weeks".

Other countries who use the quota, including Australia and Argentina, understood the need to resolve the matter or face the risk not having the quota at all, he added.

The quota was created in response to a long-standing row over the EU's refusal to allow U.S. beef produced with hormones. However, under World Trade Organisation rules, the hormone-free beef quota also had to be opened to non-U.S. suppliers.

BREXIT: dispuestos a ayudar al REINO UNIDO en caso de NO DEAL para evitar escasez de alimentos

PARIS (Reuters) - The European Union expects Britain to seek its assistance to avoid disruption to food imports in the event of a no-deal Brexit, the EU's agriculture chief said on Saturday.

Britain is due to leave the EU on March 29 and Prime Minister Theresa May has still to secure parliamentary approval for a divorce deal agreed with the EU last year, increasing the chances of a disorderly exit from the bloc.

The British food industry has warned of price rises and fresh produce shortages if Brexit terms are not agreed, and EU Agriculture Commissioner Phil Hogan said Britain's reliance on imports for 40 percent of its food supply meant this was a high risk for the government.

"I'm sure that the United Kingdom will be giving us a phone call to make sure that in the first few days or few weeks of any particular hard Brexit that there is a joint effort on behalf of the UK and the European Union to mitigate the damage to the citizens of the UK in relation to food," Hogan told Reuters on the sidelines of the Paris farm show.

"I don't think they will want a situation where they will have a logistical problem at their ports, that they will have food shortages and food prices going up in the shops," Hogan added.

The EU would prefer a "soft" Brexit with a transition period, as set out in last year's withdrawal agreement agreed by May and the other 27 EU countries, but was "ready for the worst-case scenario", Hogan said.

Food industry and farming representatives in the rest of the EU have also expressed concern about potential disruption to massive trade flows with Britain, including tailbacks at borders or the closure of British fishing waters.

But EU agriculture's experience of dealing with crises such as the Russian food embargo from 2014 and widespread cases of mad cow disease two decades ago would help it cope with an abrupt Brexit, Hogan said.

IRLANDA manifiesta seria preocupación por el impacto del BREXIT

TheCattleSite News Desk 26 February 2019 - IFA National Livestock Chairman Angus Woods said Agriculture Minister Michael Creed needs to take urgent action in Brussels to drive home the magnitude of the Brexit situation for the Irish beef sector.

Mr Woods insisted that immediate measures be put in place to offset the losses already encountered by farmers and that farmers with young bulls are being fleeced with prices down by 40c to 50c/kg or €200 per head.

"The message from the EU Commission in Brussels is that they are waiting for political instruction," Mr Woods said.

He attended a meeting of the EU Commission Beef Market Observatory in Brussels last Friday, where the Commission said they have the tools and the mechanisms to support farmers, but need the political instruction.

"At the meeting, IFA raised the financial crisis facing cattle finishers in Ireland as a result of the Brexit uncertainty. We highlighted our dependence on the UK market and the damage already done by Brexit," he said.

The IFA Livestock leader said cattle finishers are being left in the dark, with the Minister promising but not delivering in terms of direct aid from Brussels. He said IFA has put specific proposals to the Department of Agriculture to assist the beef sector.

Mr Woods said the EU Commission should immediately look at restricting beef imports to improve the situation. The EU (including the UK) imports circa 330,000t of beef annually, of which about 245,000t or 75 percent comes from the Mercosur countries. The production standards in these countries fail to meet EU standards.

The IFA Livestock Chairman said he had discussion with his French counterparts, the FNB, who are very supportive of restricting South American imports.



In the context of the Brexit uncertainty, Mr Woods said the EU should insist that beef is withdrawn from the Mercosur negotiations, which are set to resume in Buenos Aires on 11 March.

Mr Woods repeated the IFA call on the Minister and the factories to prioritise the young bull kill.

Detectan más carne contaminada con Salmonella procedente de POLONIA

TheCattleSite News Desk 26 February 2019 CZECH REPUBLIC - Czech Television (CT) reports that more beef infected with salmonella, from Poland, made it into the country.

The new find was part of the same consignment as the infected meat found last week.

The Director of the State Veterinary Administration (SVS) confirmed to CT that a shipment of 1164kg of infected beef was found in the warehouse of Alda Foods in Ritka, outside of Prague.

Ritos KOSHER y HALAL no podrán ser certificados como carne orgánica

By Chase PurdyFebruary 28, 2019 Thanks to a group of animal-welfare activists, it just got a lot harder for Islamic and Jewish people living in Europe to buy certified-organic meat.

The Court of Justice of the European Union (CJEU) ruled this week (Feb. 26) that unless a food animal has been stunned before undergoing a religious slaughtering, it cannot bear the EU's "organic" label. By expanding the definition of organic in such a way, the court essentially excludes Muslims and Jews from parts of the organic-meat market. Under their respective religious laws, in order for meat to be considered halal or kosher, animals must be slaughtered according to religious rules. While some Muslim authorities allow for stunning, more Orthodox Jewish communities abide by traditional methods of slaughter which do not include stunning the animal.

The case was brought to the court by a French animal-rights activist group called Oeuvre d'Assistance aux Bêtes d'Abattoirs (OABA, which, translated into English means, roughly, "Assistance work for slaughterhouse animals"). The group had originally asked French courts to mandate animals be stunned before slaughtering, a method believed to give the animal a more painless death. Those courts declined to decide the case, though, passing the issue up to the CJEU.

There is no one global and uniform definition for the term "organic." As it appears on EU meat labels, the word implies a lot more than animal welfare. It also means the animals have eaten feed that hasn't been exposed to herbicides and that the animals aren't given growth-promoting antibiotics or other growth substances, to name a couple. Current EU rules but don't address slaughtering methods specifically, but they do specify that animals be treated well. Those are important values for many EU consumers, including Muslims and Jews. However, the new rule is likely to effectively exclude Jewish and Islamic people from enjoying some meat products that, in the past, would have been considered kosher or halal.

Just how much the ruling impacts the continent's Jews and Muslims isn't totally clear. According to a 2014 article in The Guardian, about 88% of animals in the UK were stunned and killed in a method that's religiously acceptable, which includes cutting its throat in a single swipe and draining the carcass of its blood. Both kosher and halal rules require as much. A 2018 report (pdf) published by the UK Department for Environment Food & Rural Affairs showed that 25% of all lamb, 9% of all chicken, and and less than 1% of all beef produced in the country was non-stun halal. Among kosher meats, non-stun kosher accounted for less than 1% in every category of meat.

That's still much better than in the US. According to Halal Advocates of America, the supply of non-stunned halal meat in the US isn't big enough to meet demand. Much of what is sold in the country is imported from New Zealand and Australia.

ESTADOS UNIDOS

Existencias en feed lots al 1º de enero aumentaron 2 por ciento

February 22, 2019 Drovers USDA's cattle on feed report released Friday found 11.7 million cattle in feedlots on January 1. (Wyatt Bechtel)Cattle and calves on feed for the slaughter market in the United States for feedlots with capacity of 1,000 or more head totaled 11.7 million head on Jan. 1, 2019. The inventory was 2% above Jan. 1, 2018, USDA reported Friday.

Marketing of fed cattle during December totaled 1.74 million, 1% lower than the same month in 2017.

Placements of cattle on feed during December totaled 1.77 million head, 2% below 2017.

The on feed inventory included 7.28 million steers and steer calves, down 1% from the previous year. This group accounted for 62% of the total inventory. Heifers and heifer calves accounted for 4.41 million head, up 6% from 2018.

During December, placements of cattle and calves weighing less than 600 pounds were 445,000 head, 600-699 pounds were 460,000 head, 700-799 pounds were 402,000 head, 800-899 pounds were 285,000 head, 900-999 pounds were 90,000 head, 1,000 pounds and greater were 85,000 head.



Catching Up with Cattle on Feed Data

Derrell Peel, Oklahoma State University Extension February 27, 2019 12:04 PM

The latest USDA Cattle on Feed report issued on February 22 was delayed a month because of the federal government shutdown. The report showed December placements at 98 percent of one year earlier and marketings at 99 percent of last year leading to a January 1 on-feed total of 11.69 million head, 101.8 percent of the prior year. It should be remembered that the January 1, 2018 feedlot inventory was large, up 8.3 percent year over year as dry conditions pushed more feeder cattle into feedlots at that time. The modest increase in the January 1, 2019 feedlot inventory is therefore still a rather large number and is the highest inventory for the month since 2012.

The December 2018 feedlot placements were lower than pre-report expectations issued by analysts in January. However, the report is not likely to have much bullish impact as the information is well out of date at this point. The February Cattle on Feed report is due to be issued on March 8 and the March report on schedule on March 22.

The latest report does, however, provide some additional information. The report included the quarterly estimates of steer and heifer inventories in feedlots on January 1. Steers on feed were estimated at 7.28 million head, down 0.7 percent from one year ago. This is the first year over year decrease in quarterly steer feedlot inventories since April 2017. Heifer feedlot inventory was 4.41 million head, up 6.2 percent from last year. This is the twelfth consecutive quarter of year over year increases in heifers on feed since January, 2016.

The long-awaited annual Cattle report will be released on February 28. This report will provide an update on total cattle inventories and a breakdown of cattle inventories by class. The report also provides cattle inventory estimates by state. The report will include an estimate of January 1 feedlot inventory for all feedlots. This contrasts with the January 1 cattle on feed inventory in the monthly report which is for feedlots of one thousand head or larger capacity. On average, the total feedlot inventory in the Cattle report is about 123 percent of the monthly cattle on feed estimate for January 1. Stated another way, the monthly estimate of feedlot inventory for large feedlots (one thousand head and larger) represents about 82 percent of total cattle on feed inventory (including smaller feedlots).

Trump demoró el incremento de aranceles ante el progreso de las negociaciones con CHINA

Associated Press February 24, 2019 President Donald Trump has delayed increased tariffs on Chinese goods. (MGN Image)

WASHINGTON (AP) — President Donald Trump says he will extend a deadline to escalate tariffs on Chinese imports, citing "substantial progress" in weekend talks between the two countries.

Trump tweeted Sunday that there had been "productive talks," adding that "I will be delaying the U.S. increase in tariffs now scheduled for March 1."

Trump says that if negotiations progress, he will meet with Chinese President Xi Jinping at his Florida resort to finalize an agreement.

U.S. and Chinese negotiators met through the weekend as they seek to resolve a trade war that's rattled financial markets.

Trump had warned he would escalate the tariffs he has imposed on \$200 billion in Chinese imports, from 10 to 25 percent, if the two sides failed to reach a deal. But he signaled flexibility in recent days.

Acciones de promoción en Gulfood 2019

USMEF February 25, 2019 With support from the Beef Checkoff Program and the USDA Market Access Program, the U.S. Meat Export Federation (USMEF), a contractor to the Beef Checkoff, promotes U.S. beef at the Gulfood trade show. Held annually in Dubai, United Arab Emirates (U.A.E), Gulfood is the Middle East's largest food trade show and one of the largest in the world.

One of USMEF's main goals at Gulfood is to help connect U.S. exporters with prospective buyers from the U.A.E. and other Gulf Cooperation Council (G.C.C.) countries such as Kuwait, Bahrain, Oman, Qatar and Saudi Arabia. Gulfood also attracts many food industry professionals from emerging markets in Africa.

Eric Smith, president of Utica, New York-based Smith Packing Company, has participated in Gulfood for many years and appreciates the assistance and support his company receives from USMEF. In the above audio report, Smith shares his observations from the 24th edition of Gulfood, which was held Feb. 17-21.

USMEF alertó sobre la creciente competencia en JAPON

USMEF February 26, 2019 The importance of Japan as a trading partner for U.S. agriculture was the focus of a Feb. 22 panel discussion at the USDA Agricultural Outlook Forum in Arlington, Va. U.S. Meat Export Federation (USMEF) Economist Erin Borrer explained that Japan is the leading value destination for both U.S. beef and U.S. pork, with 2018 exports expected to reach \$2.1 billion and \$1.65 billion, respectively, when year-end data is available. But Borrer also cautioned that the competitive terrain in Japan has gotten



steeper for U.S. red meat due to Japan's preferential trade agreements with Australia, the European Union, Canada, New Zealand, Mexico and Chile, and this situation will worsen unless the U.S. secures similar access terms with Japan.

Borror noted that U.S. beef export value per head of fed slaughter averaged a record \$320.72 in 2018, up 14% year-over-year and shattering the previous high (\$300.36) set in 2014. Japan accounts for one-fourth of this total, or \$82.75 per head. The ratio is similar for U.S. pork export value, which averaged \$51.46 per head slaughtered in 2018. Japan accounted for \$13.18, or 26% of the total per-head value.

She also explained that beef and pork make up a significant portion of U.S. agricultural exports to Japan. The projected \$3.92 billion in combined red meat product exports represent about 30% of the \$13 billion in total U.S. ag exports to Japan, second only to grains and feeds.

Furthermore, Japan's red meat consumption is likely to expand at a faster rate once the benefits of lower import duties are passed along to consumers. In South Korea, for example, the tariff rate on U.S. beef has dropped by more than half since 2012 under the Korea-U.S. Free Trade Agreement, and U.S. beef enjoys a tariff rate advantage over its competitors. Most pork from the U.S. and other major suppliers enters Korea at zero duty. Red meat is now more affordable and accessible for Korean consumers who have responded enthusiastically, with per capita consumption setting new records. A similar development in Japan will only benefit the U.S. beef and pork industries if they are on a level playing field with competitors. Without a U.S.-Japan trade agreement, potential losses for the U.S. meat industry are substantial. On a per-head basis, Borror estimates lost export opportunities for U.S. beef will reach \$18.70 by 2023 and \$42 by 2028. For pork, the per-head loss is projected to be \$4.55 by 2023 and \$7.06 by 2028. U.S. exporters are already feeling the effects of tariff disadvantages of 11 percentage points for beef cuts and 6.4 percentage points for beef tongues and skirts. For pork, the most immediate impact is on processed and value-added products, where tariffs are quickly being phased to zero. This is already eroding U.S. market share for important products such as ground seasoned pork. Japan's imports of U.S. ground seasoned pork were valued at \$288 million last year.

"Unless the U.S. and Japan can quickly reach a trade agreement, lost opportunities will mount as Japanese companies seek more value-added, further processed products from suppliers such as the EU and Mexico," Borror explained. "Decisions that are being made today will transform the business and without clear indications that the U.S. and Japan will reach an agreement, the U.S. industry is likely to suffer permanent losses in market share and related investment. Japan is irreplaceable as a trading partner, given its demand for high-value chilled pork cuts, and it is seen as an increasingly important market for value-added pork. At a time when U.S. companies are looking to produce more value-added and branded products, the industry cannot afford to miss these opportunities in Japan."

These lost export opportunities also carry serious implications for U.S. agriculture and the rural economy. Exports to Japan are estimated to directly support more than 4 percent of the jobs in the meat packing and processing industry. Absent a trade agreement with Japan, an annual cost of \$5.2 billion in direct economic losses to other businesses and industries will result in the top 15 meat packing and processing states. Over the next 10 years, an estimated 23,600 jobs outside the meat industry would be lost in those 15 states.

Joining Borror on the discussion panel were Jeffrey Schott, senior fellow at the Peterson Institute for International Economics, and Ben Conner, vice president of policy for U.S. Wheat Associates.

Borror also addressed the USDA Outlook Forum on Feb. 21, covering a range of topics impacting global red meat trade. These included the spread of African swine fever (ASF) in China, which has the potential to increase China's need for imported pork. ASF's expansion in Europe also impacts global trade, as some countries have suspended imports from European Union member states in which ASF is confirmed.

Borror also detailed the impact of ongoing trade disputes on U.S. red meat exports, including imposition of retaliatory duties on U.S. pork by China and Mexico. China also increased the duty rate for U.S. beef last year, and Canada imposed retaliatory duties on prepared beef products imported from the United States.

Retaliation has weighed less heavily on U.S. beef exports, which were record-large in 2018 and surged by more than \$1 billion over the previous year. Pork export volume held steady with the record pace of 2017, but export value was pressured greatly in the second half of the year, following retaliatory actions by China and Mexico. Borror explained the retaliatory tariffs have been paid by the U.S. pork industry as prices for hams, picnics, feet and hocks – key items for export to Mexico and China – were down an average of about 20% from June through December last year, and this translated into year-over-year losses of \$11.75 per head. Industry losses, just for these products, amounted to \$860 million.



VARIOS

JAPÓN: fuerte aumento de sus importaciones por efecto del TPP

27 February 2019 Japan's beef imports from members of a Trans-Pacific free trade pact that took effect late last year soared more than 50 percent in January from a year earlier, government data showed Wednesday.

Beef imports from Australia, Canada, Mexico, and New Zealand — all of whom have ratified the 11-member trade agreement — totaled 33,000 tons in January, up 57 percent from the 21,000 tons in the same month last year, according to data from the Finance Ministry.

The deal, officially known as the Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership, entered into force 30 December and covers 13 percent of the global economy and 500 million people.

Singapore and Vietnam have also ratified the deal but neither country exports beef to Japan.

TPP Countries Gaining Foothold in Japanese Beef Market

February 28, 2019 02:49 PM

Beef producing countries like Australia, Canada, New Zealand and Mexico are gaining greater access into Japan thanks to lowered tariffs, giving those exporters a significant advantage over U.S. beef producers.

In a media report from the Nikkei Asian Review, a Japanese financial publication, it is outlined that the remaining countries in the 11-nation Trans-Pacific Partnership (TPP) trade agreement have seen sales of beef to Japan surge.

Japan's Finance Ministry shares that Australia, Canada, New Zealand and Mexico, all members of TPP, saw January beef imports rise 56% from the previous time last year reaching 33,000 metric tons. Because of TPP, tariff values on beef imports from those countries have dropped 27.5% from 38.5%.

Chief Cabinet Secretary Yoshihide Suga says that buyers in Japan held off on purchasing beef in December to wait until January when tariffs came down, helping fuel the increase in tonnage.

Countries in TPP will likely continue to see access into Japan increase as the agreement is slated to lower tariffs on beef to 9% by 2033.

The U.S. was originally a founding member of TPP until President Donald Trump formally stepped away from the agreement. Despite this move, the U.S. saw an increase of 21% from the previous January for beef imports into Japan. However, the U.S. also lost 6% of its market share to Japan during this same time.

"We still have a 38.5% duty on U.S. beef going into Japan, while our major competitors through CPTPP or TPP, without the U.S., are now benefiting from reduced tariffs," says Dan Halstrom, president and CEO of the U.S. Meat Export Federation.

The Trump administration has expressed interest in negotiating a bilateral trade deal with Japan that could help put U.S. beef producers on a level playing field.

Other countries in TPP include: Brunei, Chile, Malaysia, Peru, Singapore and Vietnam.

CANADA – investigación demostró que el 14 % de las salchichas estaban mal rotuladas

26 February 2019 Sausage mislabelling in Canada is down, according to a new University of Guelph DNA barcoding study.

Researchers found mislabelling and cross-species contamination of meat ingredients in 14 percent of sausage samples selected from grocery stores across the country. That's down from a first-ever study conducted by the same researchers over a year ago that revealed a 20-percent mislabelling rate.

"We have reassessed the rates of mislabelling and found lower levels," said Professor Robert Hanner, lead author of the study. "The Canadian Food Inspection Agency (CFIA) took follow-up action after our initial study, and it appears that it had an impact."

Published in the journal Food Research International, the study involved sausage packages labelled as containing only one type of meat.

The researchers used DNA barcoding along with digital PCR technology to determine which meats were in the sausage samples.

"There is DNA in nearly every cell of every organism, so barcoding can be applied to products such as ground meats that would be difficult to identify with other means," said Professor Hanner, integrative biology professor in U of G's Biodiversity Institute of Ontario. "In this study, barcoding was used to identify the dominant meat type in the sausage samples."

"Scientific innovation helps protect Canada's food supply on many levels, and DNA barcoding plays a key role through species identification. The CFIA applauds the University of Guelph for their research and continued dedication to advancements in science," said the CFIA's Deputy Chief Food Safety Officer, Dr Aline Dimitri.



Researchers tested sausages labelled as beef, chicken, pork or turkey. They also tested the samples for sheep, goat and horse.

Unlike the previous study that uncovered horsemeat in one pork sausage sample, researchers found no horsemeat this time.

"We decided to also include sheep and goat in this most recent study because although they may not be consumed in the same quantities as beef, chicken, pork and turkey, they are commercially raised meats that are commonly present in our food supply chain," said Professor Hanner.

Products were considered contaminated when more than one percent of another meat was detected. This ruled out trace amounts that might have resulted from incomplete cleaning of processing equipment.

Of the 30 beef sausages tested, five contained sheep, four contained pork and one contained chicken.

Among the 20 chicken sausages tested, three contained turkey, one contained pork and one beef. Of the turkey sausages tested, one contained chicken and one contained pork. All the pork sausage samples had only pork, meaning no cross-species contamination.

Sausages labelled as single-meat but containing more than one meat type contravene food labelling regulations. Consumers may buy these products because of health issues, such as allergies, or lifestyle choices, such as avoiding pork, said Professor Hanner.

Unknown contaminants may also allow transfer of food pathogens, he added.

"In certain cases, it may be of concern when there is a recall on a specific type of meat, but it is not indicated on the label."

He said it is difficult to determine whether cross-species contamination was economically motivated.

"We don't know the exact cuts of meat that were found in the samples, so we can't determine if the contaminant meat was purposely substituted because it was a cheaper meat."

The next step would be to test throughout the supply chain to determine where mislabelling and cross-species contamination happens.

"We are looking at it from the retail market and finding that there are issues," said Professor Hanner. "But in order to get a full understanding, we need to look at it from multiple points within the food chain."

INDIA: crean el primer centro de investigación de productos cárnicos sin faena

28 de marzo de 2019 Se espera que la primera instalación dedicada a la carne basada en células sin sacrificio en el mundo en Mumbai, India, para 2020. El Centro de Excelencia en Agricultura Celular será establecido por la organización sin fines de lucro Good Food Institute (GFI) en asociación con el Instituto de Maharashtra Tecnología química (ICT), un instituto de investigación académica líder en la India.

Se centrará en proyectos de investigación de acceso abierto que aborden la demanda de carne basada en células (creada inicialmente mediante el cultivo de una pequeña muestra de células animales en un laboratorio) en la India y en todo el mundo, y ayuda a empresarios y empresas a llevar productos cárnicos basados ??en células a mercado.

"A nivel mundial, las compañías que fabrican carne basada en células como Memphis Meats y Mosa Meat están atrayendo a millones de personas como Bill Gates, Richard Branson, Google Ventures y gigantes de la industria como Cargill y Tyson Foods" dijo Varun Deshpande, Director General de GFI India a VegNews.

La investigación inicial se centrarán en los principales desafíos tecnológicos a los que se enfrenta actualmente la industria, cómo desarrollar y optimizar líneas celulares relevantes para la agricultura, medios de crecimiento de cultivos celulares y biorreactores.

EMPRESARIAS

Friboi inició operaciones en el marco del Programa Nelore Natural

25/02/19 - por Equipe BeefPoint A Friboi, empresa do grupo JBS, realizou o primeiro abate de um lote grande de bovinos após a recente consolidação da parceria com a Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB), dentro do Programa de Qualidade Nelore Natural (PQNN).

Conforme nota da ACNB – associação que reúne pecuaristas com o objetivo de fomentar a raça nelore -, o abate ocorreu na unidade de Maracaju (MS).

"Foram 100 animais machos nelores castrados, totalizando 541 kg de peso vivo, com rendimento médio de carcaça de 54%", disse o representante da propriedade pecuária que inaugurou a nova fase, José Márcio.

O gerente executivo da ACNB, André Locateli, afirmou que os resultados foram positivos. "Cerca de 85% do lote se enquadrou nos padrões de premiação do Protocolo Nelore Natural, tendo animais alcançando prêmio de R\$ 4,50 por arroba. Com a premiação recebida no abate desses animais, a fazenda de Marcio Rezende de Andrade (avô de José Márcio) praticamente já arrecadou o valor da anuidade da ACNB", informa Locateli.



Friboi anunciou incremento em el número de análisis laboratoriales

Fonte: JBS. 27/02/19 - por Equipe BeefPoint Manter uma evolução contínua nos padrões internos de qualidade e segurança dos alimentos. Com esse objetivo central, a área de Qualidade da Friboi ampliou em 19,7%, em 2018, a média mensal de análises realizadas em seus laboratórios próprios. No ano anterior, 52,9 mil amostras eram analisadas por mês, enquanto no consolidado de 2018 a média saltou para 63,3 mil.

O crescimento é resultado dos investimentos de R\$ 5 milhões realizados nos últimos dois anos, tanto em reforma, qualificação de pessoal, construção e compra de equipamentos para os laboratórios da Companhia. Estrategicamente localizadas, essas unidades atendem as necessidades de 31 plantas da Friboi localizadas em seis estados do país: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e São Paulo.

“O comprometimento com a qualidade e a segurança do alimento permeia todas as operações da Friboi e nossa contínua evolução nos padrões adotados confirma esse nosso compromisso. Além de realizarmos mais diagnósticos de amostras internamente, o que nos confere maior confiança e celeridade na obtenção dos resultados, elevamos em 33% o número de análises entregues dentro do prazo nos últimos quatro anos, alcançando o patamar de 96,2% de eficiência”, explica a diretora de Qualidade Friboi, Emilia Raucci.

A partir dos aportes realizados, os laboratórios passaram a contar com suporte de automação e tecnologia digital, ampliando as condições de análise de toda a produção por meio de diagnósticos de visibilidade preditiva, o que confere ainda mais segurança e agilidade na detecção de eventuais não-conformidades nos produtos. Quatro dessas unidades também passaram a contar com certificação da Norma ABNT NBRISO/IEC 17025. Hoje, são feitas internamente análises microbiológicas, físico-químicas e de resíduos químicos para atender às rotinas da operação, assim como as exigências de clientes e governo (autocontroles).

Os laboratórios da Friboi estão localizados nas seguintes cidades: Andradina (SP), Araputanga (MT), Barra do Garças (MT), Barretos (SP), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), Lins (SP), e Vilhena (RO). No primeiro trimestre deste ano, será inaugurada a unidade de Redenção (PA), que terá a capacidade de realizar 3,5 mil diagnósticos por dia, atendendo a planta do próprio município, além das de Marabá (PA), Santana do Araguaia (PA) e Tucumã (PA), e Araguaína (TO).

Marfrig reportó márgenes positivos em 2018

28/02/19 - por Equipe BeefPoint Pela primeira vez desde 2010, a Marfrig Global Foods, segunda maior indústria de carne bovina do mundo, encerrou um ano no azul. Inflada pela bilionária venda da Keystone — um negócio de R\$ 8 bilhões —, a empresa conseguiu um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões no quarto trimestre do ano passado. Com isso, mais do que compensou as perdas dos primeiros nove meses, lucrando R\$ 1,4 bilhão em 2018.

Trata-se de um desempenho em muito superior ao visto quarto trimestre de 2017. Naquele período, a Marfrig amargou um prejuízo líquido de R\$ 21,5 milhões — contribuindo para uma perda anual de quase R\$ 485 milhões.

Sem a venda da Keystone, no entanto, o resultado teria sido negativo. A Marfrig teria registrado um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão no quarto trimestre e de R\$ 2,2 bilhões no acumulado de 2018 em razão de perdas (sem efeito caixa) na área tributária. No quarto trimestre, a empresa fez uma baixa de mais de R\$ 700 milhões na estimativa de créditos de impostos a recuperar.

Em entrevista ao Valor, o CEO da Marfrig, Eduardo Miron, comemorou o “ano de transformação”, com o cumprimento da promessa de redução do endividamento feita em 2015. Graças à venda da Keystone, a Marfrig cortou sua dívida líquida pela metade — para US\$ 2 bilhões — e reduziu o índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado) de 4,5 vezes no fim de 2017 para 2,4 vezes em 31 de dezembro do ano passado. A meta para esse índice era 2,5 vezes.

Além de concluir o ano com uma estrutura de capital adequada — o excessivo endividamento foi o calcanhar de Aquiles da Marfrig na última década —, a empresa também restringiu a área de atuação. Com a venda da Keystone, uma empresa especializada no fornecimento de carne de frango ao McDonald's, a Marfrig concentrou suas operações em carne bovina.

Mas não se trata de uma empresa menor. Pelo contrário. Em 2018, antes de vender a Keystone, a Marfrig adquiriu o controle da National Beef, a quarta maior indústria de carne bovina dos Estados Unidos, por quase US\$ 1 bilhão. Assim, deixou de ser apenas um grande frigorífico na América do Sul, com abatedouros no Brasil, Uruguai e Argentina. Os EUA são os maiores produtores de carne bovina do planeta, e estão entre os três maiores exportadores dessa proteína — o Brasil é o principal.

Com a incorporação da National Beef, a Marfrig passou a ser uma empresa mais rentável devido ao momento favorável para a indústria frigorífica americana — com ampla oferta de gado bovino e demanda aquecida por carne.



Nesse cenário, a receita líquida da Marfrig alcançou R\$ 10,6 bilhões no quarto trimestre, avanço de 12% ante os R\$ 9,5 bilhões de igual período de 2017 — os números dos dois anos já consideram a National Beef, para facilitar a comparação. No acumulado de 2018, a receita líquida bateu a marca de R\$ 40 bilhões, atingindo R\$ 41,4 bilhões, aumento de 19,8% ante os R\$ 34,6 bilhões registrado no ano anterior. Em 2018, a National Beef foi responsável por cerca de 70% das vendas da companhia brasileira.

Puxado pelos Estados Unidos, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado, que desconsidera as despesas não recorrentes, alcançou R\$ 881 milhões no quarto trimestre, montante 17,9% superior aos R\$ 747 milhões do mesmo intervalo de 2017. Com isso, a margem Ebitda ajustada ficou em 8,3% no quarto trimestre, ante 7,9% um ano antes. Em 2018 como um todo, o Ebitda da Marfrig bateu o recorde e chegou a R\$ 3,4 bilhões, alta de 35,2%.

Quando se considera as despesas não recorrentes, porém, Ebitda registrou forte queda. No quarto trimestre, o Ebitda foi de apenas R\$ 55 milhões, queda de 92% na comparação com os R\$ 688 milhões de igual período do ano passado. Em 2018, o Ebitda diminuiu 20%, para R\$ 1,8 bilhões.

O tombo do Ebitda não ajustado reflete ajustes contábeis feitos pela Marfrig, sobretudo no quarto trimestre. A empresa fez uma baixa, sem efeito sobre o caixa, de R\$ 727,4 milhões na linha de perdas estimadas para a não realização de créditos tributários. Outros R\$ 616 milhões se devem à adesão da Marfrig ao programa de refinanciamento da contribuição previdenciária Funrural — a empresa pagou a maior parte desse débito com créditos tributários. Portanto, não houve efeito sobre o caixa.

Segundo Miron, o bom momento nos EUA mais que compensou as dificuldades no Uruguai, onde os pecuaristas estão retendo gado, e no Brasil. No quarto trimestre, o abatedouro de Mineiros (GO), um dos mais relevantes da empresa, ficou parado devido a um incêndio.

Com a National Beef entregando resultados melhores do que o esperado quando a Marfrig fez a aquisição, a companhia voltou a gerar fluxo de caixa livre ao acionista pelo segundo trimestre seguido. Entre outubro e dezembro, foram cerca de R\$ 380 milhões.

A avaliação do CEO da Marfrig é que o bom momento vai seguir em 2019 — e reforçado pela compra das operações de hambúrguer da BRF.

Trabajadores ocupan frigorífico PUL (Minerva Uruguay)

28 de marzo de 2019 Trabajadores del frigorífico PUL de Melo, propiedad de la empresa brasileña Minerva, fue ocupado este martes por tiempo indeterminado.

El Sindicato de Obreros y Empleados del Frigorífico PUL (Soefp) denuncia persecución sindical tras el envío a seguro de paro de 30 empleados a fines de diciembre, de los cuales 28 estaban sindicalizados.

Luis Muñoz, secretario general de la Federación de Obreros de la Industria de la Carne y Afines (Foica) dijo a GanaderíaUY que "todavía no se extendió a las otras dos plantas de Minerva (Carrasco y Canelones) pero que seguramente se adhirieran y que el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social está mediando e intentando organizar una reunión entre las partes.

A su vez Muñoz fundamentó que se reclaman dos premios: el de reyes y los útiles escolares -que según el sindicalista corresponden aún en seguro de paro.

Brasil: carne del proyecto Pecuaría Neutra llega a Europa

28 de febrero de 2019 El proyecto Pecuaría Neutra, que utiliza sistemas silvopastoriles para neutralizar el gas metano emitido por los bovinos, alcanzó un gran logro: cortes de carne oriundas del proyecto Pecuaría Neutra y comercializadas bajo la marca Gran Beef, llegaron a Europa, más precisamente a Suiza -uno de los mercados más exigentes del mundo en términos de sostenibilidad-.

Los primeros lotes de carne Gran Beef llegaron a Suiza en septiembre de 2018, por medio de ventas directas a una carnicería en Zurich. Los cortes comprenden picanha, filete de costilla, entre otros y están siendo exportados por Minerva Foods, responsable hasta ahora de la faena de los animales.

Este destino internacional se alcanzó porque la carne Gran Beef se produce sobre la base del protocolo de neutralización de gases de efecto invernadero. Recientemente, los tres socios de este proyecto decidieron sumergirse aún más en conceptos ecológicos, apostando por la llamada "ganadería regenerativa".

Marfrig busca equilibrio entre compras y control de deuda

01/03/19 - por Equipe BeefPoint Para ter uma operação sustentável, a Marfrig Global Foods, segunda maior empresa de carne bovina do mundo, precisa ser "grande", afirmou ao Valor o CEO da companhia, Eduardo Miron. "Não é crescer por crescer, mas tamanho é importante em um negócio de commodities", disse o executivo. No ano passado, a Marfrig deu um salto com a aquisição, por quase US\$ 1 bilhão, do controle da National Beef, quarta maior indústria de carne bovina dos EUA.

Com a incorporação dos resultados da National Beef, a receita líquida da Marfrig superou a marca de R\$ 40 bilhões em 2018, conforme balanço divulgado quarta-feira. No ano anterior, as vendas da companhia



brasileira haviam alcançado R\$ 18,5 bilhões. Questionado se a estratégia de crescimento da Marfrig contemplava uma expansão regional, com eventuais aquisições na Austrália, Miron negou. “Não há nenhuma estratégia de mover [a empresa] para alguma região”. Conforme ele, o foco da empresa são as operações nas Américas, a região mais competitiva na produção de carne bovina.

Mas aquisições pequenas nas regiões onde a Marfrig atua estão no radar, indicou o executivo ontem, durante teleconferência com analistas. Miron assegurou, no entanto, que as aquisições só serão feitas caso não tenham impacto relevante no endividamento. “Não existe nada grande, nenhuma operação bilionária no radar”, afirmou ele.

Atualmente, a Marfrig tem abatedouros nos Estados Unidos, no Brasil, no Uruguai e na Argentina. O negócio nos EUA representa cerca de 70% do faturamento. Para o futuro, a estratégia de crescimento terá como foco produtos de “valor agregado”, disse Miron, ao Valor.

Nesse sentido, a compra dos ativos da hambúrguer da BRF, anunciada pela Marfrig em dezembro, é um exemplo tanto de estratégia quanto de preço. A companhia pagou cerca de R\$ 315 milhões, com um impacto de “0,01 vez” na alavancagem, disse Miron. Estrategicamente, o negócio permitiu o avanço para alimentos de valor agregado – e melhores margens.

Com a compra da fábrica da dona de Sadia e Perdigão em Mato Grosso e da Quickfood (empresa líder em hambúrguer na Argentina), a Marfrig se tornou a maior produtora de hambúrguer do mundo.

Nos EUA, a Marfrig já contava com uma grande fábrica de hambúrguer, no Estado de Ohio, capaz de produzir cerca de 90 mil toneladas por ano. Considerando as aquisições dos ativos da BRF, a capacidade supera 200 mil toneladas anuais.

Ao Valor, Miron destacou, ainda, que os frigoríficos de carne bovina da Marfrig nos EUA estão mais rentáveis do que as unidades no Brasil. Mas o executivo reconheceu que esse não é o padrão histórico. Normalmente, as margens da indústria de carne no Brasil são mais altas que nos EUA. No entanto, os americanos vivem um dos melhores momentos da história, com grande oferta de animais, redução dos preços do gado e demanda aquecida por carne.

No Brasil, por outro lado, a Marfrig sofreu no quarto trimestre com a redução dos abates, principalmente em razão do incêndio que paralisou o abatedouro em Mineiros (GO). Para 2019, o CEO acredita em uma melhora do cenário, com retomada da economia – o que pode ampliar o consumo de carne bovina – e aumento das exportações.

De acordo com ele, é grande a esperança de que a China habilite mais frigoríficos do Brasil para exportar. Outra notícia positiva pode vir dos próprios Estados Unidos. “A abertura dos EUA pode acontecer a qualquer momento”, disse ele, em alusão à reabertura do mercado americano de carne bovina in natura. Washington embargou o produto em 2017.

Mesmo com a melhora no Brasil, a tendência é que as operações americanas continuem rendendo melhores margens para a Marfrig, indicou Miron. “Acho que esse [novo] normal vai seguir”, afirmou ele. Atualmente, a Marfrig não divulga separadamente as margens dos negócios no Brasil e nos EUA, prática que é alvo de frequente questionamento. Em relatório divulgado ontem, o BTG Pactual criticou a falta de detalhes, qualificando o balanço da empresa como “bagunçado”.